

Ildéu M. COELHO*

RESUMO: Este texto mostra como concepções presentes no debate da escola no Brasil são inseparáveis de idéias de saber e de práticas escolares centradas na distribuição e apropriação do saber sistematizado para a consecução de objetivos pragmáticos. A escola perde então seu sentido intrínseco e autonomia, ficando subordinada a algo que se situa fora e acima dela mesma. O sentido da formação de professores se transforma, adequando-se a essas concepções e práticas. São visíveis o estreitamento e o empobrecimento da educação, da escola, da formação humana, cultural, e dos cursos de licenciaturas no sentido do prático, do útil, da instrumentalização. Novos conceitos e práticas de educação, cultura, escola, universidade, ensino, aprendizagem e formação são concretamente possíveis e começam a surgir.

PALAVRAS-CHAVE: Sentido da Educação e da Escola; Formação de Professores; Sujeito da Cultura e do Saber; Trabalho Intelectual.

RETHINKING TEACHER EDUCATION

ABSTRACT: This text shows how conceptions present in the debate of school in Brazil are inseparable from ideas of knowledge and schooling practices centered in the distribution and appropriation of systematized knowledge for the achievement of pragmatic aims. In this context, the school loses its intrinsic sense and its autonomy, becoming subordinated to external factors, and the meaning of teacher education conforms itself to these conceptions and practices. The emphasis on the practical, the useful, and the instrumentalization brings about the narrowing and the impoverishment of education, of school, of human and cultural education, and of university teacher education courses. Nevertheless, new concepts and practices of education, culture, school, university, teaching, learning, and teacher education are concretely possible and start to arise.

KEY-WORDS: Meaning of Education and School; Teacher Education; Subject of Culture and Knowledge; Intellectual Work.

* Faculdade de Educação – Universidade Federal de Goiás – UFG – Rua Delanda Rezende de Melo, s/n – CEP 74605-050 – Goiânia – Estado de Goiás – Brasil.

Tornou-se comum no Brasil, nas últimas décadas, a compreensão da escola como *espaço de transmissão e socialização do saber* sistematizado, de *apropriação* do saber acumulado pela humanidade, de *preparação para* a continuidade dos estudos e para o mundo do trabalho, de *profissionalização* das pessoas. O professor seria o responsável por esse feito ao *transmitir o saber* aos alunos que dele devem se *apropriar*. Se o problema é a má distribuição, a ação pedagógica poderia corrigir esse desequilíbrio, ao transmitir os *conteúdos* aos alunos, de forma gradual e pedagogicamente adequada, num autêntico ato de justiça, como se o fundamental fosse distribuir o que estaria em poder de alguns. Ordenação e sistematização do mundo físico, da existência pessoal e social e da experiência dos alunos, o saber seria algo a ser retido e apropriado.

Reduzido à condição de coisa, o saber pode ser repartido, transmitido, feito propriedade dos indivíduos, dos professores e depois também dos alunos, apropriado e consumido como um objeto qualquer, uma mercadoria submetida às leis da oferta e da procura, pedagogicamente orientadas e corrigidas.

Essa compreensão da escola e do saber é inseparável, sobretudo no ensino fundamental, da redução do saber escolar aos conteúdos das ciências e da língua materna numa perspectiva instrumental, da subordinação da escola ao mercado, ao que vem depois no processo de escolarização, deixando de lado a cultura mais ampla, a criação cultural, as artes, as letras e a filosofia, consideradas em geral sem maior utilidade, sem razão de ser, perdas de tempo, desnecessárias. Apesar dos discursos em contrário, não se rompe com o liberalismo e o neoliberalismo.

A educação, entretanto, é um ato profundamente significativo e importante para a humanidade, a sociedade e as pessoas, e indissociável dos processos de compreensão e de transformação do mundo e da sociedade, de criação de direitos, de produção do real como outro, diferente do que existe. Na sociedade homens concretos, historicamente determinados, criam formas de existência social e estas tornam possível a emergência de seres humanos, o que seria impossível sem a educação, cujos vínculos com a sociedade são demasiados estreitos e profundos para que possam ser esquecidos e silenciados. Educar é criar, formar seres humanos em cada um dos

que nascem com a condição humana, produzi-los ao mesmo tempo como pessoas e sociedade.

O sentido de todo esse trabalho é afirmar a possibilidade de criação de uma outra humanidade, da sociedade, da educação e da escola criadoras de direitos, realizar a inserção crítica de crianças, jovens e adultos no mundo da cultura, da leitura, do estudo, do pensamento, da autonomia, da liberdade, da igualdade, da fraternidade. Como realizar tudo isso sem superar idéias simplistas de educação, de cultura, de escola, de saber, de ensinar, de aprender e de existência humana, nos planos social e pessoal, bem como práticas ingênuas e formação limitada e pobre que acompanham os docentes nas atividades inerentes a seu ofício? Sem pensar e recriar a sociedade, a educação, os currículos, os textos com os quais trabalham nas aulas, os horizontes culturais e políticos da escola?

A escola, a universidade, o ensino e a aula não são realidades simples, prontas e anistóricas, mas socialmente determinadas, totalidades em construção e que se fazem no trabalho mesmo de busca do saber, de interrogação do sentido da realidade, de formação humana. O objetivo fundamental do ensino, desde as séries iniciais da escola fundamental e com mais razão na universidade, não é a transmissão de informações, a difusão de conhecimentos dados, de verdades estabelecidas, de inovações tecnológicas, nem a socialização do saber sistematizado, pois tudo isso o jornal, o rádio, o livro, a revista, a televisão, o vídeo, o gravador, o cinema, o computador e a internet fazem com agilidade e eficiência. A própria formação de novos profissionais para o mercado, em muitos casos, pode ser feita pela aprendizagem direta junto a outros profissionais, por agências de treinamento e empresas ou, quando muito, por escolas superiores isoladas.

À escola em geral, e particularmente à universidade, compete formar seres humanos, intelectuais que saibam, tenham hábito e gostem de ler, de estudar, de trabalhar com os conceitos e suas articulações, de interrogar a tecnologia, os saberes e os métodos estabelecidos e de criar outros mais consistentes e rigorosos. Formar homens que, em seu fazer-se real, pensem, compreendam e recriem o mundo físico e social, em especial o mundo do trabalho e da tecnologia. Dos que saem da universidade não se espera que sejam práticos, *saibam fazer bem* isto ou aquilo, atender ao mercado, executar rotinas nos setores da produção e de serviço, mas que, na esfera da ação, da *práxis*, não abandonem a dimensão do pensamento, da crítica, da liberdade, da ética, do ser, da criação do novo, do sonho, da utopia.

Ensinar não é transmitir aos estudantes verdades acabadas, produzidas por cientistas e filósofos, mas percorrer com eles os passos fundamentais da produção do saber em cada área e época, recuperando as questões, as verdades, as rupturas e as continuidades, bem como as novas questões levantadas, os pressupostos e as implicações das verdades e métodos anteriormente aceitos, bem como dos novos métodos e descobertas. Desse modo, o saber não será apresentado aos estudantes como diversidade de *dogmas* a serem aceitos, consumidos e assimilados, realidades mortas, cadáveres ambulantes que não foram enterrados e que continuam assombrando e entediando professores e alunos, da alfabetização à pós-graduação.

Pelo contrário, o saber será ensinado como realidade viva, provocante, apaixonante, expressão de buscas, de tropeços, de equívocos e de achados realmente novos e interessantes, feitos por seres humanos finitos e limitados, mas estudiosos e que, em sua época e contexto, duvidaram, interrogaram e questionaram o saber e os métodos consagrados como verdadeiros, produzindo outros que os superaram. Assim, as ciências, a tecnologia, a filosofia, as letras e as artes perdem o seu suposto caráter de realidades enfadonhas e entediadas, alheias ao mundo dos homens, das crianças e dos jovens, recuperando seu sentido e gênese historicamente determinados.

O ensino se realiza como inserção crítica do estudante no universo da cultura, da admiração, do espanto, da dúvida, da interrogação, da busca, do pensamento, da autonomia, da liberdade, o que dificilmente seria possível sem a escola. Essa inserção envolve também a crítica dos pressupostos, das implicações, das banalizações do saber presentes na sociedade, na educação, na escola. O que importa é formar estudantes e professores como seres humanos e intelectuais que, superando estereótipos, frases feitas, ideologia e particularismos de toda ordem, pensem e recriem o real em sua complexidade e historicidade. Formar pessoas que de fato saibam e gostem de *ler* e de *estudar*, e estabeleçam uma relação de amor, amizade e prazer com a leitura, os textos, o estudo. Aliás, esse é o sentido originário do termo em latim: o verbo *studere* significa gostar de, desejar, interessar-se por, dedicar-se a, esforçar-se por, aplicar-se, estudar, instruir-se; e o substantivo neutro, *studium*, significa aplicação, zelo, dedicação, amor por alguma coisa, paixão, gosto pelo estudo.

O estudo exige disciplina, persistência e autodomínio, essenciais à existência humana. Envolve a busca do desconhecido e a compreensão do sentido e da gênese do mundo físico e social, da cultura, da educação, da escola, do ensino e da aprendizagem.

Proporciona aos que a ele se dedicam o prazer e a alegria próprios do trabalho com os textos, os conceitos, os argumentos, as teorias, as articulações lógicas e os métodos, sem o que não há formação de sujeitos da cultura, de seres autônomos e livres, enfim, de pessoas que duvidam, interrogam, contestam, pensam. Ser discípulo não é imitar o mestre e repetir suas idéias, mas aceitar seu convite e provocações, encontrar pleno sentido e realização no trabalho intelectual e a ele dedicar-se com zelo. É interrogar, compreender as teorias e os métodos, fazer distinções, criar seus próprios conceitos e argumentos, numa palavra, pensar e recriar as idéias e a realidade.

Nesse sentido, a sala de aula não é o lugar onde se trabalha em função dos interesses, da utilidade, da produtividade, do rendimento e do lucro, mas um momento da formação do estudante como sujeito da cultura e da política. Em vez de impor-lhe a determinação "pense como eu penso ou pensei", o professor faz-lhe o convite "venha pensar comigo, pois estou pensando." O problema da educação e da escola não é, pois, apenas nem sobretudo de baixa eficiência e produtividade do sistema educacional e das unidades escolares e, portanto, não será equacionado e resolvido no plano da gestão, da organização, da legislação, da qualidade total. Confundir o ensino com técnica de transmissão do saber, do conhecimento convertido em informação, da verdade acabada e dos conteúdos a serem consumidos pelos alunos, é reduzir essas realidades a objetos de intervenção pedagógica, esquecer que a escola, o ensino é e deve se realizar como dimensão essencial do processo de criação de sujeitos da cultura, de pessoas que interrogam, pensam e recriam a realidade, o mundo e a existência humana.

É comum também a confusão entre ensino superior e formação profissional, aprender a fazer, preparo para o mundo do trabalho, e entre formação de professores e formação profissional de professores, identificada na prática às estruturas formais e burocráticas presentes nos cursos de licenciatura e seus respectivos currículos, à transmissão de informações, ao desenvolvimento de habilidades, ao aprendizado de atividades de rotina, de saberes-fazer, sobretudo o de dar uma boa aula. Essa é uma forma simplista e ingênua de entender e de realizar a formação de docentes para o ensino fundamental e médio.

A docência é muitas vezes entendida como intervenção técnica na existência dos alunos, a educação é associada às idéias de eficiência, de produtividade, de resultados alcançados, de relação custo/benefício, e o professor visto como tecnólogo do ensino que não precisa conhecer o sentido e os fins da educação, da escola, do fazer pedagógico. A formação docente então deveria ser essencialmente

prática, desenvolver competências para o exercício técnico e profissional do magistério. Não por acaso as diretrizes para a formação de professores revelam grande preocupação com a formação profissional, com sua instrumentalização, com a dimensão pragmática e utilitária do processo formativo, o que é inseparável do não-pensamento, da negação da autonomia da instituição escolar e do professor.

Sem dúvida nos vários cursos e áreas do saber, grandes são os equívocos, os limites, os riscos e a ineficácia da ênfase na profissionalização dos estudantes universitários, em detrimento da formação e da cultura mais ampla, rigorosa e significativa. Mas na formação de professores a situação é mais grave e perigosa, pois estreita e limita a formação dos que vão trabalhar na formação de crianças, jovens e adultos.

A formação de professores em cursos de licenciatura e em processos de formação continuada padece de limitações teóricas e práticas ainda mais complicadas e de inadmissível pobreza cultural, todas convergindo para a negação de direitos fundamentais da sociedade, das pessoas, inclusive dos que estão sendo formados. O resultado tem sido o privilégio do que é considerado prático e útil, para não dizer mágico e aparentemente miraculoso, capaz de, supostamente, resolver os problemas da educação e da escola, fazê-la bem gerida, eficiente, produtiva, moderna, agradável, adequada às exigências e aos interesses próprios ou decorrentes do mercado, da globalização, da mundialização, do mundo tecnológico e da mídia. E tudo isso de modo direto, imediato, simplista, sem se dar conta de que essas realidades e processos são complexos e em permanente processo de constituição. Banalizá-los é negar sua natureza e sentido, sua especificidade, sua identidade e, portanto, afastar a possibilidade de compreendê-los e de transformá-los em seu ser, nas raízes que constituem sua existência, lhes conferem sentido e razão de ser. E então qualquer tentativa de equacionar e resolver o problema, com arranjos aqui e ali, acaba sendo considerada suficiente para se atingir as metas programadas!

O pragmatismo que ronda os cursos de formação de professores valoriza mais o lado prático da ação docente, o cotidiano da escola e da sala de aula, desqualifica e nega o sentido da teoria, subordinando-a à solução de problemas práticos. No caso de formação de professores em serviço a limitação e o empobrecimento da formação se torna mais nefasto e preocupante à medida que se aproveita um número significativo de horas de trabalho na integralização curricular, como se o objetivo a ser alcançado fosse

treinar profissionais, e não realizar uma ampla formação cultural e humana de pessoas para trabalharem na educação. O saber adquirido na experiência e no cotidiano da escola não tem como garantir a formação docente, e a escola em que o professor trabalha não é a esfera privilegiada dessa formação. Sem desqualificar e menosprezar tudo isso, sustento que, além de por si só não ser formativa, a prática é incapaz de dar conta sequer de si mesma e, somente à medida que é pensada, submetida ao questionamento e à crítica, ela se torna transformadora da realidade. A constituição do pensamento e da crítica supõe necessariamente a reflexão teórica. O viés do pragmatismo se faz ainda presente na educação continuada no privilégio das questões de conteúdo e método, silenciando outras dimensões significativas e importantes da educação.

O professor seria, então, um funcionário do saber, contratado para transmitir conhecimentos, desenvolver habilidades e lançar a cada ano novos profissionais no mercado, como se esse fosse o produto de seu trabalho, a mercadoria que saíria de suas mãos. A escola, a universidade, entretanto, não é uma instituição da prática, do saber-fazer, do aprender a fazer bem alguma coisa, mas da cultura, da formação humana, da reflexão, do pensamento. Se a formação privilegia o fazer, o aprender a fazer, não trabalha para superar o senso comum, o empirismo, o pragmatismo, o utilitarismo.

A licenciatura não é para os estudantes aprenderem a fazer bem o que vêm a fazer, já fazem ou irão fazer, em termos de saber, método e técnica de ensino. Os animais também fazem e às vezes fazem muito bem! Pelo contrário, é para que professores e alunos assumam, como um projeto pessoal, com rigor, espírito crítico e responsabilidade social, o estudo, a busca da verdade, do sentido do existente e do texto, numa prazerosa "con-vivência" com o saber, na perspectiva do cultivo do pensamento, da construção da autonomia, da liberdade, da justiça, da fraternidade, da humanização do homem, da superação de toda discriminação e barbárie.

Daí a imperiosa necessidade de lutar contra o não-pensamento e outras formas de acomodação, de preguiça, de individualismo, e de trabalhar a dimensão contestadora inerente à existência humana, à cultura, buscando transpor os limites e superar-se, no plano pessoal, institucional, social e da própria humanidade. E então o discurso da autonomia, da liberdade, da transformação e da humanização do homem terá pleno sentido, pois os humanos estarão buscando superar a realidade existente e construir a perfeição em todas as suas dimensões. Não se trata, porém, de trabalhar com o povo apenas a arte, a cultura "popular", entendida como proveniente do povo e a ele

acessível, o que equivaleria a imaginar que o povo é incapaz de compreender, de se interessar e de fruir a cultura erudita. Seria essa uma forma a mais de negar-lhe direitos fundamentais.

O professor somente se faz tal à medida que se constitui como alguém que compreende o processo de produção e transmissão do saber, inicia os estudantes, de modo rigoroso e crítico, no universo da cultura, no trabalho de pensar a experiência, o mundo, a sociedade, percorrendo com eles os processos, que se renovam e se superam, de constituição e compreensão do saber. Professor mesmo é aquele que lê, estuda, pensa e ensina a ler, a estudar, a pensar, mas, por melhor que possa ser, não substitui nem dispensa a leitura dos textos, o estudo disciplinado e rigoroso, a busca, o trabalho do pensamento por parte dos estudantes. É quem trabalha com as idéias, os argumentos, as teorias, os métodos, procurando formar seres humanos. O magistério não é apenas profissão, mas sobretudo ofício, trabalho que se faz em vista de, por causa de, serviço prestado à sociedade, ocupação ou atividade que, mesmo não sendo assumida em todas as suas dimensões, se impõe como imperativa.

O trabalho das professoras e professores das séries iniciais também é complexo e digno, merece ser respeitado e valorizado, além de supor uma formação com a mesma qualidade da exigida para a docência nas etapas posteriores do processo de escolarização. Os educandos dessa etapa também têm direito a docentes mais bem formados. Daí a urgência ética e política de superar a banalização da formação em qualquer nível que possa ocorrer, bem como as determinações que muitas vezes têm imposto aos que trabalham em educação infantil e em alfabetização horizontes sociopolíticos e culturais limitados e pobres.

O que constitui o trabalho de professores e estudantes, o sentido da docência, é a incansável busca da verdade, o cultivo da dúvida, a interrogação das idéias, dos conceitos, dos argumentos, da teoria e da prática, do saber com o qual se trabalha e cuja compreensão e superação se persegue. É a relação de ensino, de aprendizagem e de formação entre os professores e os estudantes e a realização das possibilidades de construção do ensino verdadeiramente crítico, rigoroso, inserido na realidade concreta, comprometido com a autonomia, a liberdade, a humanização, a justiça, e expressão de projetos de formação lúcidos e articulados.

Em vez da transmissão, da recepção e da aceitação dos chamados conteúdos, como produtos acabados e independentes do processo de sua produção e superação, o que está em jogo na escola é a busca do sentido e da gênese do saber, do mundo e da existência

humana, nos planos pessoal e coletivo. Mais do que ordenada e sistematizada, a experiência dos alunos precisa ser interrogada, compreendida em seu sentido, gênese, limites e possibilidades. O saber existente, os conceitos e os métodos de investigação, igualmente, são sobretudo matéria-prima a ser pensada em sua historicidade, a ser trabalhada como instrumento de expressão e transformação do real.

O processo de humanização não se confunde com a busca do homem universal e abstrato como modelo a ser perseguido, mas, reconhecendo as determinações histórico-sociais, não se acomoda diante da realidade existente e caminha para superá-la. Sem perder de vista o ser humano como ideal perfectivo a ser permanentemente buscado, a humanização nada mais é do que o trabalho para confirmar e cultivar as características essenciais da existência humana, nos planos pessoal e coletivo, como a razão, a autonomia, a liberdade, a crítica, o pensamento, o saber, o refinamento da linguagem, da expressão dos sentimentos, das emoções e da imaginação, o senso estético, a busca da excelência, do equilíbrio, da igualdade, da justiça, da fraternidade, enfim, a criação e a instituição do humano na existência social e pessoal.

O professor, também ele um ser inacabado, não é o condutor dos alunos, o dono do conhecimento, nem possui todos os seus segredos, mas, em patamar diferente e mais avançado, caminha com os alunos rumo ao saber e na constituição dos processos de formação humana, intelectual, profissional. Ser vivo, em formação e constituição de sua autonomia, não sabe tudo o que deve ensinar aos estudantes e não está completamente seguro dos passos do processo formativo, mas por condição e dever de *ofício* está muito à frente dos estudantes no trabalho com os conceitos e a articulação dos argumentos, no domínio dos métodos de investigação e de exposição do saber e na realização do humano em sua existência. Interroga a realidade e o saber diante dos estudantes, provoca-lhes a inteligência, a imaginação e a sensibilidade. Orienta e acompanha seus passos em busca do saber, da autonomia, da liberdade. Questiona sua compreensão e seus atos e não lhes impõe verdades e valores sem sua concordância, sua adesão racional ao que é apresentado, discutido, posto como verdadeiro e bom.

A educação visa fazer do estudante, não um ser idêntico, mas igual ao professor. Trabalha para destruir, para superar a diferença que originariamente os separa e justifica a ação pedagógica e, portanto, para o desaparecimento das figuras do educador e do educando. Todo professor, por melhor que seja, um dia não será mais imprescindível na

da liberdade; à busca do sentido e da gênese do real, ao rigor e à radicalidade na leitura dos textos e no estudo do existente, no trabalho com os conceitos, isto é, a buscar a raiz das questões, sem se deixar levar pelas aparências, pelo que é superficial e banal. É sobretudo formar seres humanos que possam se tornar formadores de outros homens e mulheres e que, para isso, precisam saber ouvir, compreender os alunos sem serem coniventes com suas deficiências e falhas, cultivar com eles os valores essenciais à humanização do homem, da escola, da família, da sociedade, do mundo do trabalho, à construção de instituições e relações fundadas na autonomia, na liberdade, no respeito ao outro, na ética, na justiça.

Trabalho complexo e historicamente determinado, a formação de professores não é algo pronto, mas em construção. Extrapolando os limites da universidade, do curso, do currículo, da formação inicial nas licenciaturas e se estende pela realização da tarefa, da obra de educar, de ensinar. Pressupõe o modo como os professores interrogam, compreendem e produzem a universidade, a escola fundamental e média, os currículos, os saberes, a docência, o ensino, a aprendizagem, as condições gerais do trabalho intelectual, o aluno que sabe o que antes não sabia, a política educacional, o movimento organizado dos professores, a luta política mais ampla, a sociedade e a escola diferentes, fundadas na autonomia, na liberdade, no direito, na democracia.

Apesar dos discursos em contrário, os currículos são em geral reduzidos a realidades burocráticas, a conjunto ou a aglomeração de disciplinas, créditos, horas-aula e ementas e, portanto, realidades formais, burocráticas, legais, cujo objetivo seria transmitir conhecimentos e desenvolver habilidades exigidas para o desempenho de atividades no mercado de trabalho e, no caso, para o exercício da docência. A qualidade da formação freqüentemente parece se resolver com a exclusão, o acréscimo ou o deslocamento de disciplinas, o aumento das horas-aula e créditos, a revisão das ementas das disciplinas, a modificação da Resolução curricular, como se isso mudasse o currículo propriamente dito e melhorasse a formação. E então pouco adianta perguntar *para que* e *para quem* formamos professores.

Idéias e práticas simplistas e cômodas e a ingênua oposição entre tecnicismo e humanismo no ensino de graduação dificultam a construção dos cursos de licenciaturas em outro sentido. Essa oposição não rompe ainda com práticas e esquemas conceituais de apreensão do real, comuns ao tecnicismo e ao humanismo. Daí a importância de se constituir o currículo como conjunto de atividades

formação dos estudantes. O sentido, a razão de ser do trabalho de educar, de formar, é contribuir para que os educandos aprendam a pensar, a interrogar e a contestar as idéias, os acontecimentos e os fatos, sejam capazes de criar novos conceitos e práticas, enfim, de constituir a vida intelectual, a existência humana na autonomia e liberdade.

Educar é formar sujeitos, seres autônomos e iguais, sendo que entre esses só podem existir relações de igualdade, de companheirismo, de amizade, de diálogo. O professor deve ainda ser capaz de, na área da cultura, reconhecer e interpretar as legítimas aspirações, desejos e lutas dos estudantes das camadas mais pobres e de suas famílias e de contribuir para a criação de direitos, inclusive enfrentando o debate dessas questões com os alunos. É o aprendizado e a formação do aluno que prolonga e confere pleno sentido ao trabalho dos professores, realiza a finalidade do trabalho pedagógico, do processo de formação dos estudantes.

A construção de uma *outra* escola, verdadeiramente formadora de seres humanos, de sujeitos da cultura e do saber, exige que o professor seja mais do que um especialista em educação e no ensino de uma ou mais disciplinas, um tecnocrata do saber, um transmissor de verdades prontas, um socializador de conhecimentos sistematizados. Enfim, exige um professor que a cada momento se faça trabalhador intelectual, alguém que pense, compreenda e trabalhe para transformar a sociedade, a cultura, a educação, a escola, o ensino e a aprendizagem.

Se tudo isso é verdadeiro e deve ser realizado na escola e sobretudo na universidade, com mais razão ainda os cursos de licenciatura existem para formar pessoas que trabalhem para inserir *criticamente* crianças, jovens e adultos nos domínios da cultura, do saber vivo, instituinte, instigante da inteligência, da imaginação e da sensibilidade de docentes e discentes, e não para formar indivíduos que operem com um saber morto, acabado, instituído e pronto para ser distribuído, socializado, aceito e consumido. Formar o professor é formar alguém que deve estar sempre a caminho, buscando a cada momento a verdade, sem se deixar encantar e paralisar com os resultados de suas buscas; alguém que "con-vive" com o saber, os conceitos, os argumentos e os métodos de investigação, por eles se apaixona, não porque os possuiu, mas porque com eles mantém uma saudável relação de busca.

É formar alguém que terá como ofício ensinar, pensar alto diante dos estudantes, convidá-los ao cultivo da dúvida, do questionamento, da reflexão, do trabalho intelectual, da autonomia e

estruturais e articuladas (disciplinas, seminários e outros eventos científico-culturais) que visam a inserção crítica dos estudantes no universo da cultura, das ciências, da tecnologia, da filosofia, das letras e das artes, bem como o cultivo do pensamento, da imaginação e da sensibilidade, formando-os como seres humanos e profissionais, sujeitos da cultura e da política.

O currículo é por natureza uma totalidade viva, em construção e inseparável do que professores e alunos se propõem fazer, e realmente fazem, constroem, no ensino de graduação; inseparável dos fins e do sentido que imprimem às suas buscas, ao estudo, às atividades de investigação, à biblioteca, às aulas, ao trabalho com os textos, os conceitos e as articulações teóricas e à construção dos argumentos, aos seminários, aos debates, aos trabalhos de laboratório.

Tratando-se de um processo de formação humana, intelectual, profissional, é de se esperar que professores e estudantes a realizem tendo em vista o projeto de uma outra forma de existência pessoal e social, em que o público, o direito, a autonomia, a liberdade, a igualdade, a justiça e a fraternidade estejam em primeiro lugar, acima do privado e de tudo o que se refere aos interesses de indivíduos e grupos.

A idéia mesma de universidade, de formação superior, e em especial de cursos de licenciatura, exige que professores e estudantes se constituam, se produzam como *seres humanos* e *trabalhadores intelectuais*, pessoas que pensam o real em sua historicidade, bem como a universidade como instituição por excelência da formação humana, da razão, do debate, do pensamento, da crítica, da busca do saber. Em vez de se preocupar apenas com a profissionalização, ela se volta sobretudo para formar pessoas que pensem e compreendam o mundo e a existência humana em todas as suas dimensões, sem perder de vista a necessidade e o desafio de produzir a igualdade, a autonomia, a liberdade, a democracia, a justiça, a ética. A idéia de universidade exige o cultivo, não de uma razão abstrata, estreita e limitada, de esquemas pobres e rígidos de apreensão do real, mas de uma razão abrangente que dê conta daquilo que no homem e na história parece exceder e escapar à razão. E então ela não se vê como e não se faz realidade acabada na qual professores trabalhem e alunos estudem, burocracia escolar que confere diplomas e certificados e forma práticos, indivíduos que saibam *fazer* isso ou aquilo.

Formar professores não significa prepará-los para o atendimento das necessidades do mercado, oferecer-lhes o receituário

para que possam enfrentar as dificuldades encontradas no exercício da docência. Apesar de enraizada em nossa cultura e história, a ênfase no ensino superior como *espaço por excelência da profissionalização* dos indivíduos é equivocada e envolve graves implicações teóricas e práticas. Nos cursos de licenciatura ela é mais problemática porque simplifica, limita, banaliza e empobrece a formação superior, universitária, justamente numa área que é profundamente significativa e importante para a existência humana, no plano coletivo e pessoal, negando direitos e comprometendo assim o presente e o futuro da sociedade, da humanidade e das pessoas. Além disso, as leis sobre o exercício do magistério são pouco claras e exigentes, o controle e a fiscalização quase inexistentes, as condições gerais de trabalho muito deficientes e os salários em geral degradantes, sobretudo na escola básica, cabendo mesmo a pergunta se no Brasil o magistério é de fato uma profissão.

E então nem mesmo a formação de professores conscientes e críticos, sobretudo sem a interrogação do que significam esses adjetivos, poderá superar os equívocos e as limitações acima. Em nome dessa suposta formação frequentemente se cai em simplificações grosseiras de processos sociais e pedagógicos complexos e contraditórios, em sectarismos que impedem a compreensão das idéias e da prática do outro, tidas como alienadas e conservadoras ou de vanguarda, próprias de certos indivíduos e grupos considerados os únicos capazes de "conduzir a massa dos inconscientes e alienados", justamente porque deteriam o monopólio das luzes que clareariam e mostrariam o caminho do progresso e da boa escola. E tudo isso em nome da lucidez, da crítica, da democracia!

Não basta também formar professores como técnicos e especialistas no ensino de determinada disciplina e nas questões de ensino, didático-metodológicas, curriculares e de avaliação, ou seja, docentes capazes de transmitir os conhecimentos das ciências, das letras, das artes e da filosofia, como se fossem saberes prontos, instituídos. O domínio do saber, o desenvolvimento da capacidade de selecioná-lo, ordená-lo e hierarquizá-lo, a aprendizagem dos métodos e técnicas para sua transmissão e o estudo da organização e funcionamento da escola, da psicologia da criança e do adolescente, por si só, não garantem a compreensão da educação, da escola, do saber, e não contribuem para sua transformação.

A humanidade, a sociedade e os estudantes têm o direito de contar com professores que sejam verdadeiros *trabalhadores intelectuais*, pensem e recriem o real, o saber e os métodos de sua produção e transmissão, a escola concreta na qual trabalham, a

docência, os currículos, a aula como momento privilegiado de formação humana, de trabalho intelectual, de cultivo do pensamento, e que contribuam para recriar a sociedade, o universo da cultura e do saber como processos historicamente determinados. Professores que não se acomodem, não se deixem levar pela rotina, mas "con-vivam" com o saber, os conceitos e os métodos de investigação e, junto com os alunos, estejam sempre a caminho, em busca da verdade, sem jamais se contentarem com as explicações que encontram. Professores que provoquem a inteligência e a reflexão dos estudantes, ajudando-os a aprenderem a ler e a estudar, a desenvolverem o prazer da leitura e hábitos de trabalho intelectual, a pensarem o mundo físico e social, as práticas, com rigor e profundidade compatíveis com a idade e a formação, bem como de se construírem como homens e docentes.

Daí a importância da *teoria* entendida, não como idéias sobre a realidade, organização, sistematização e hierarquização da experiência imediata — como se houvesse uma diferença apenas de grau, uma continuidade entre a teoria e o mundo da experiência —, nem como conjunto de idéias, princípios, normas e regras a serem aplicadas na vida individual e social e no mundo do trabalho, sem o que não haveria *ordem* e *progresso*, mas como reflexão, *pensamento da prática*, interrogação da realidade.

Compreende-se, então, os equívocos e os limites do realismo, do empirismo, do idealismo, da filosofia e da pedagogia alimentares e digestivas, da redução da escola a instituição da socialização do saber sistematizado. O empirismo e o idealismo, na esteira da separação cartesiana do sujeito e do objeto, substâncias autônomas e completas em si mesmas, reduzem o conhecimento a uma representação do objeto pelo sujeito. Para o empirismo, conhecer é trazer para dentro da consciência, do sujeito, da mente, as coisas ou fatos empíricos, ou seja, os objetos, o mundo exterior reduzido à condição de realidade em miniatura presente na consciência, a idéia no sentido empirista da expressão. Para o idealismo, o intelecto produz as idéias das quais o mundo é a exteriorização, e conhecer é examinar os dados e operações da mente, as idéias que ao mesmo tempo conferem sentido ao mundo e o fazem existir para a consciência. Empirismo e idealismo cultivam a ilusão da consciência-conteúdo, reservatório de nossas experiências, sentimentos e imagens, bem como reduzem o conhecimento a uma representação do objeto pelo sujeito, presente na mente. É a celebração da filosofia e da pedagogia alimentar que tudo digere e transforma e que se insere no âmbito do liberalismo e do neoliberalismo, da redução de processos complexos e significativos a

coisas simples, a mercadorias, a realidades estreitas e pobres do ponto de vista humano, sociocultural.

Se conhecer é representar, se apoderar do objeto, reduzi-lo a conteúdo de consciência, realidade psíquica, ou seja, a algo homogêneo ao sujeito e por isso mesmo passível de ser por ele conhecido, ensinar seria transmitir, entregar ao aluno essas representações, as idéias do objeto, para que delas se aproprie, as retenha, conserve e armazene, construindo assim seu mundo interior. Aprender seria apropriar-se de determinados conteúdos, conservá-los e ser capaz de trazê-los à tona, de repeti-los, sempre que necessário ou solicitado. Bachelard e Sartre criticaram essas concepções comuns à filosofia e à psicologia tradicional segundo as quais "conhecer é comer o mundo", trazê-lo para dentro da mente, reduzi-lo à condição de conteúdo da consciência. Essa filosofia e essa pedagogia alimentares e digestivas, segundo a expressão de Sartre em relação à filosofia, continuam insistindo no conhecimento como presença do objeto na mente e na aprendizagem como apropriação de conteúdos pelo aluno, sob as mais variadas roupagens, tradicionais ou progressistas. Ainda hoje os professores que pensam e fazem a escola e enfrentam o trabalho de ensinar têm dificuldade de se desvencilhar desses equívocos ingênuos e grosseiros.

Não é fácil romper com tudo isso e construir a escola, a universidade, a graduação, os cursos de formação de professores, de pessoas que tenham por ofício ensinar e formar, no sentido acima indicado. Alguns dirão que tudo isso é bonito, mas impossível, completamente utópico, no sentido vulgar e pejorativo da expressão. E para justificar essa conclusão, lembrarão a política educacional do Estado, a situação das universidades e do ensino superior em geral, o desinteresse e as deficiências na formação anterior dos alunos, os baixos salários, a degradação das condições gerais de exercício da docência, especialmente nos anos iniciais de escolarização, o desânimo que às vezes corrói as esperanças, o descompromisso, a acomodação, a burocratização da vida acadêmica, o individualismo, o neoliberalismo, o dogmatismo e o corporativismo que comprometem a construção do novo. E não adianta se iludir com as *diretrizes curriculares* que, por si só, não resolverão os problemas do ensino de graduação!

De modos e em intensidade diferentes, e não para todos os docentes e alunos, isso em parte é verdadeiro e pesa contra a construção de uma *nova* universidade, de cursos de formação de professores realmente *novos*. Entretanto, essas realidades não existem por acaso, não constituem um destino, uma fatalidade, não são

criações de deuses nem de demônios, mas de homens concretos — especialmente de professores, alunos, coordenadores pedagógicos e gestores —, sujeitos da história, mesmo quando disto não têm consciência, pois o fenômeno da alienação também os atinge.

Se a história, a universidade e a licenciatura se constroem hoje predominantemente nesse sentido, poderão também se fazer em outro, dependendo de condições objetivas (recusa do voluntarismo) e dos ideais, dos projetos, das utopias, do fazer, da *práxis* — recusa do espontaneísmo, do anarquismo, do determinismo historicista. Sem otimismo ingênuo, equivocado teoricamente e irresponsável politicamente, insisto que a construção do novo, do ainda não-existente, vale dizer, de algo completamente diferente do que governos, empresários, professores e estudantes estão fazendo, é concretamente possível e, do ponto de vista histórico, profissional e ético, não temos o direito de não assumi-la de forma crítica e responsável.

O real não é um dado, algo pronto e acabado, mas em construção e que, ao mesmo tempo, se dá no presente e a partir dele é criado, mas como diferente, outro. Saberemos o que é possível, apenas se concebermos e trabalharmos para realizar o impossível. Mesmo sabendo que essa universidade, essa licenciatura, esse professor e esse estudante possíveis ora existem ora desaparecem no contexto concreto do trabalho pedagógico, não podemos deixar de criá-los, de realizá-los a cada momento, no trabalho pessoal e coletivo.

A história coloca, pois, exigências e desafios para todos: construir o ensino de graduação, os currículos, os "projetos" de formação, as licenciaturas como momentos por excelência do pensamento, do debate rigoroso e lúcido das questões da educação e da escola, em seus aspectos gerais e específicos, da formação de pessoas, de profissionais, de professores que pensem alto diante dos estudantes, trabalhem com eles o saber em sua historicidade, como algo vivo, apaixonante, que respeita, provoca a inteligência, a imaginação e a sensibilidade do estudante, sua capacidade de duvidar, de pensar, de se indignar, de criar.

Em síntese, o desafio de construir a licenciatura como momento por excelência da razão e a escola como instituição do pensamento, da autonomia e da humanização de todos os seres humanos supõe que professores e alunos se constroam como trabalhadores intelectuais, humanos, sujeitos da cultura, comprometidos com a verdade, a igualdade, a justiça. A formação inicial do professor na universidade e do estudante na escola fundamental e média é o ponto de partida de um processo de formação

que engloba a formação continuada, não de forma justaposta, mas constituindo tudo uma só realidade, complexa e contraditória, mas que jamais pode perder a dimensão da luta política mais ampla, do sonho, da utopia. Parafrazeando Antônio Cícero de Souza, o Ciço da região de Caldas e Andradas, em Minas Gerais, podemos dizer: "parece que nisso tem um segredo" (Souza, 1982, p. 169) e um caminho que a escola, a universidade, a graduação, os professores e os estudantes das licenciaturas em geral não conhecem, mas precisam descobrir, criar, construir, realizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. 2.reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

READINGS, Bill. *Universidade sem cultura?* Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

SANTOS, Odeir José dos. *Pedagogia dos conflitos sociais*. Campinas: Papirus, 1992.

SARTRE, Jean-Paul. Uma idéia fundamental da fenomenologia de Husserl: a intencionalidade. In: _____. *Situações I*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1968, p. 28-31.

SOUZA, Antônio Cícero de. (Entrevista). In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Lutar com a palavra*: escritos sobre o trabalho do educador. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 159-169.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de filosofia III*: filosofia e cultura. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Cultura e universidade*. Petrópolis: Vozes, 1966.